

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Apções em tesouraria em	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		606.505	14.567	(9.574)	16.143	-	(50.357)	(1.628)	575.656
Plano de opção de compra de ações		-	4.463	-	-	-	-	-	4.463
Apções em tesouraria		-	-	(35.593)	-	-	-	-	(35.593)
Cancelamento de apções em tesouraria		-	-	16.438	-	(16.438)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	86.565	-	86.565
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	4.328	-	(4.328)	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(12.335)	-	(12.335)
Reservas de lucros		-	-	-	-	19.545	(19.545)	-	-
		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	(1.628)	618.756
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	-	-	2.830	2.830
Ajuste de avaliação patrimonial	14	-	-	-	-	-	-	1.202	1.202
Saldos em 31 de dezembro de 2016		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	2.830	621.586
Emissão de apções ordinárias	21a	1.144.000	-	-	-	-	-	-	1.144.000
Gastos com emissão de apções, líquidas de impostos	21a	(30.619)	-	-	-	-	-	-	(30.619)
Plano de compra de apções		-	9.836	-	-	-	-	-	9.836
Venda de apções em tesouraria para pagamento de plano de compra de apções		-	8.228	-	14.774	-	-	-	23.002
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	389.022	-	389.022
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21c	-	-	-	19.451	-	(19.451)	-	-
Dividendos pagos	21d	-	-	-	-	(3.107)	(6.200)	-	(9.307)
Juros sobre o capital próprio	21d	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Reservas de lucros		-	-	-	-	288.371	(288.371)	-	-
		1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	288.371	-	1.202	2.072.520
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	-	-	1.457	1.457
Ajuste de avaliação patrimonial	14	-	-	-	-	-	-	2.659	2.659
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	288.371	-	2.659	2.073.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por meio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 14), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A. O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 858 lojas (800 lojas em 31 de dezembro de 2016), 10 centros de distribuição (9 centros de distribuição em dezembro de 2016) localizados nos regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br e www.epacocosmetics.com.br. Em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ITPC") e orientações ("OCPCP"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		2017	2016
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	-
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administração de consórcios	100%	100%

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações: • Participações em controladas no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: **3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment")
ii) Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• inadimplência ou atrasos do devedor;
• indicadores de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
• mudanças negativas na situação das operações de vendas de mercadorias ou emissores;
• dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:* Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **iii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é reavaliado anualmente. **iv) Ativos de longo prazo:** O ativo que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresenta desempenho abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ativo a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ativo alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ativo é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. **3.3. Ajustes a valor presente:** As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros prefixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento. A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", também a rubrica "Outras receitas operacionais". O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo. **3.4. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

3.5. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **3.6. Benefício de empregados: Benefícios de curto prazo e empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia ou seja a obrigação presente, seja o constitutivo de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado e a obrigação é registrada de maneira confiável. **Acordos de pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não continham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. **3.7. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. **3.8. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS SOBRE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato control sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas; determinação se a Companhia atua como agente na transação e como principal; e • Nota explicativa 22 - Arranjos comerciais como comissários. b) Estimativas: A determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados por esse critério, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos. • Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. • Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento do ativo e o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo em uma transação de mercado entre partes relacionadas ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

crédito e algumas aplicações financeiras equivalentes de caixa, que serão mensurados a valor justo, tendo em vista a frequência e montantes significativos de utilização de seus fluxos de caixa de forma antecipada. **(iii) Redução no valor recuperável ("Impairment") - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO

Política Contábil: O investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a joint venture são eliminados em proporção à participação na joint venture. As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2017 e 2016.

	Luizaced (a)		Luizaseg (b)	
	2017	2016	2017	2016
Ações totais - em milhares	978	978	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulares	5.108.440	4.006.492	174.120	142.886
Ativos não circulares	550.506	441.504	320.376	320.370
Passivos circulares	4.903.194	3.769.476	194.592	177.788
Passivos não circulares	168.604	127.566	91.246	75.650
Capital social	291.700	274.624	133.883	133.884
Patrimônio líquido	587.148	550.354	208.658	209.818
Reservas líquidos	1.688.512	1.689.580	395.692	364.502
Lucro líquido do exercício	137.524	101.572	34.788	23.832
	Luizaced (a)		Luizaseg (b)	
	2017	2016	2017	2016

Movimentação dos investimentos

	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	275.477	281.630	18.353	15.839
Dividendos propostos	(50.665)	(56.939)	(19.431)	(12.232)
Outros resultados abrangentes	-	-	1.457	2.830
Resultado de equivalência patrimonial	68.762	50.786	17.394	11.916
Saldo no fim do exercício	293.574	275.477	17.773	18.353

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2017		2016	
Luizaced (a)	293.574	275.477	17.773	18.353
Luizaseg (b)	104.329	104.909	(86.556)	(86.556)
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	311.347	293.830	-	-

(a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizaced é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora. (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVF Participações Sociárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora. (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

15. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidas dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2. A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é como segue:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2016		Depreciação acumulada		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2017	
Móveis e utensílios	91.039	18.733	(16.684)	(401)	1.426	-	-	-	94.128	18.733
Máquinas e equipamentos	64.761	9.271	(5.066)	(242)	(804)	-	-	-	64.761	9.271
Veículos	13.796	403	(3.452)	326	-	-	-	-	13.796	403
Computadores e periféricos	35.699	16.385	(13.417)	(130)	69	-	-	-	35.699	16.385
Benefetorias	331.004	-	(50.657)	(128)	53.092	-	-	-	331.004	-
Obras em andamento	11.831	49.744	-	(232)	(53.092)	-	-	-	11.831	49.744
Outros	11.190	5.993	(2.532)	(149)	(691)	-	-	-	11.190	5.993
	559.320	100.529	(91.808)	(956)	-	-	-	-	567.085	100.529

	Saldo em 01/01/2016		Adições		Depreciação acumulada		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2016	
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	-	-	-	-	-	91.039	
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	-	-	-	-	-	64.761	
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	-	-	-	-	-	13.796	
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	-	-	-	-	-	35.699	
Benefetorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	-	-	-	-	-	331.004	
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	-	-	-	-	-	11.831	
Outros	9.288	4.497	(1.890)	(202)	(503)	-	-	-	-	-	11.190	
	577.811	77.062	(92.924)	(2.629)	-	-	-	-	-	-	559.320	

	2017		2016	
Custo	196.822	(102.709)	94.113	179.215
Depreciação acumulada	102.761	(34.841)	67.920	95.023
Líquido	32.410	(21.337)	11.073	43.344
Custo	169.584	(130.978)	38.606	158.887
Depreciação acumulada	673.263	(339.952)	333.311	630.649
Líquido	8.251	-	8.251	11.831
Depreciação acumulada	21.778	(13.367)	13.811	22.722
Líquido	1.210.269	(643.184)	567.085	1.141.671

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2016		Adições		Depreciação acumulada		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2017	
Móveis e utensílios	91.039	18.730	(16.685)	(401)	1.426	-	-	-	-	-	94.129	
Máquinas e equipamentos	64.761	9.270	(5.066)	(242)	(804)	-	-	-	-	-	64.761	
Veículos	13.796	403	(3.452)	326	-	-	-	-	-	-	13.796	
Computadores e periféricos	35.699	16.437	(13.419)	(130)	69	-	-	-	-	-	35.699	
Benefetorias	331.004	-	(50.657)	(128)	53.092	-	-	-	-	-	331.311	
Obras em andamento	11.831	49.744	-	(232)	(53.092)	-	-	-	-	-	8.251	
Outros	11.937	7.388	(2.802)	(150)	(691)	-	-	-	-	-	15.682	
	560.067	101.995	(39.208)	(957)	-	-	-	-	-	-	569.027	

	Saldo em 01/01/2016		Adições		Depreciação acumulada		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2016	
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	-	-	-	-	-	91.039	
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	-	-	-	-	-	64.761	
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	-	-	-	-	-	13.796	
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	-	-	-	-	-	35.699	
Benefetorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	-	-	-	-	-	331.004	
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	-	-	-	-	-	11.831	
Outros	10.048	4.737	(2.143)	(202)	(503)	-	-	-	-	-	11.937	
	578.571	77.302	(93.177)	(2.629)	-	-	-	-	-	-	560.067	

	2017		2016	
Custo	196.839	(102.710)	94.129	179.215
Depreciação acumulada	102.763	(34.841)	67.922	95.023
Líquido	32.410	(21.337)	11.073	43.344
Custo	169.639	(130.980)	38.659	158.887
Depreciação acumulada	673.263	(339.952)	333.311	630.649
Líquido	8.251	-	8.251	11.831
Depreciação acumulada	21.778	(15.389)	15.682	25.218
Líquido	1.214.236	(645.209)	569.027	1.144.167

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou R\$1.569 (R\$ 2.979 em 31 de dezembro de 2016), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados. c) Taxas de depreciação: As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2017		2016	
Móveis e utensílios	10%	10%	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%	5%	5%
Veículos	20%	20%	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%	20%	20%
Benefetorias	7,8%	9,1%	7,8%	9,1%

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$ 175.460 (R\$170.586 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda. d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment": Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16. INTANGÍVEL

Política contábil

Os ativos intangíveis representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio) são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado. Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento". Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ativos adquiridos em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do grupo são registrados pelo valor justo na data de aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros e ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2. A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2016		Adições		Amortização		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2017	
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	313.856	
Fundo de comércio	33.303	150	(6.098)	(452)	431	-	-	-	-	-	27.334	
Software e desenvolvimento interno	119.880	11.844	(44.179)	-	56.190	-	-	-	-	-	143.735	
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	(98)	(56.621)	-	-	-	-	-	1.067	
Marcas e patentes	14	-	-	(14)	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	104	15	-	-	-	-	-	-	-	-	119	
	469.724	67.228	(50.291)	(550)	-	-	-	-	-	-	486.111	

	Saldo em 01/01/2016		Adições		Amortização		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2016	
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	313.856	
Fundo de comércio	33.805	45	(5.581)	(227)	5.261	-	-	-	-	-	33.303	
Software e desenvolvimento interno	83.266	472	(34.392)	(26)	70.560	-	-	-	-	-	119.880	
Projetos em andamento	32.637	45.780	-	(29)	(75.821)	-	-	-	-	-	2.567	
Marcas e patentes	58	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-	14	
Outros	104	15	-	-	-	-	-	-	-	-	104	
	463.726	46.297	(40.017)	(282)	-	-	-	-	-	-	469.724	

	2017		2016	
Custo	325.451	(11.595)	313.856	325.451
Amortização acumulada	139.719	(112.385)	27.334	142.735
Líquido	330.157	(186.422)	143.735	262.123
Custo	1.067	-	1.067	2.567
Amortização acumulada	211	(211)	-	211
Líquido	6.444	(6.325)	119	9.596
Amortização acumulada	803.049	(316.938)	486.111	742.683
Líquido	2.020	(603.978)	(560)	532.360

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2016		Adições por aquisição de		Amortização		Baixas		Transfêrencia		Saldo em 31/12/2017	
Ágio na aquisição de novas redes	350.683	-	2.020	-	-	-	-	-	-	-	352.703	
Fundo de comércio	35.042	150	-	(6.098)	(452)	431	-	-	-	-	29	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Consolidado	2017			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	195.025	15.847	32.740	243.412
Adições.....	17.070	10.523	17.243	44.936
Reversão.....	(4.232)	(5.671)	(2.744)	(12.647)
Pagamentos.....	(8.716)	(6.577)	(9.681)	(18.973)
Atualizações.....	19.738	-	-	19.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016	227.601	17.397	39.128	284.126
Adições.....	74.146	10.434	9.163	93.741
Reversão.....	(58.803)	(2.329)	(938)	(62.070)
Pagamentos.....	(6.646)	(9.163)	(12.062)	(27.871)
Atualizações.....	13.608	-	-	13.608
Saldos em 31 de dezembro de 2017	249.906	16.339	35.289	301.534

Em 31 de dezembro de 2017, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores significativos, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: **a) Processos tributários:** A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 42.969 (R\$ 14.669 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 62.085 (R\$ 30.273 em 31 de dezembro de 2016) e tributos municipais no montante de R\$ 59 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas redes aderidas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 141.009 (R\$ 175.054 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 3.784 (R\$ 5.545 em 31 de dezembro de 2016) e tributos municipais não apresentaram provisões desse gênero nesse período. **b) Processos cíveis:** A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 16.339 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 17.397 em 31 de dezembro de 2016), está relacionada à reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. **c) Processos trabalhistas:** Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$ 35.289 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.128 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos. Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 310.901 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 292.189 em 31 de dezembro de 2016). **d) Passivos contingentes - possíveis de perda:** A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atrelados às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 963.786 (R\$ 603.615 em 31 de dezembro de 2016), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 423.877 (R\$ 186.278 em 31 de dezembro de 2016) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.309 (R\$ 821 em 31 de dezembro de 2016). Dentre os principais riscos de natureza tributária, classificadas como de risco possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade firm como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS, (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e à COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção; terceiro análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com vies de rotundação; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual atuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota IAT; (vi) Diversas atuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado do benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de risco e eventuais perdas também serão revistas. Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação. Por haver incertezas com relação à saída de recursos para tais provisões, a Administração entende que não é possível determinar com razoabilidade o cronograma de liquidação. **e) Processos de natureza ativa:** A Companhia situa-se como autora (ou polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se: i) a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de aproximadamente R\$ 620.289, incluindo atualização monetária (R\$ 567.706 em 31 de dezembro de 2016) de tributos já recolhidos e outras discussões envolvendo créditos de PIS e COFINS em montantes de aproximadamente R\$ 304.188. Em 15 de março de 2017, o Superior Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais; ii) a discussão judicial sobre o direito reconhecido por decisão do Supremo Tribunal Federal, dos contribuintes recuperarem o ICMS pago na sistemática da substituição tributária correspondente à diferença da margem praticada em comparação à margem presumida pelos Estados (MVA - Margem de Valor Agregado). A Companhia está avaliando junto aos seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de setembro de 2017, proposta de desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 08 (oito) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 21.623.933 para 172.991.464, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e em nome verbal nominal. **Oferta Pública de Ações - "Follow-On":** Em 12 de setembro de 2017, a Companhia deu início a uma oferta pública de ações com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 474, compreendendo distribuição primária de 17.600.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em 27 de setembro de 2017 e distribuição secundária de 6.400.000 ações ordinárias de titularidade de acionistas vendedores. O preço por ação foi fixado em R\$ 65,00, após conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais. Assim, o montante total da Oferta Restrita, com base no preço por ação foi de R\$ 1.560.000 mil, sendo que R\$ 1.144.000 mil refere-se à distribuição primária e R\$ 416.000 mil refere-se à distribuição secundária. O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e regularizado, anteriormente a Oferta Restrita e após a conclusão da Oferta Restrita, não considerando as despesas da Oferta:

	Composição acionária		Quantidade	Valor (em R\$)
	2017	2016		
Antes da Oferta Restrita.....	172.991.464	626.911.472		
Oferta Restrita.....	17.600.000	1.144.000.000		
Após Oferta Restrita.....	190.591.464	1.770.911.472		
A Oferta Restrita encorreu-se em 03 de Outubro de 2017. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão utilizados para: (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) melhoria e expansão da malha logística, (b) tecnologia e desenvolvimento da plataforma digital, (c) transformação das lojas existentes em pontos de venda e centros de distribuição ("shopping distribution centers"), (d) inauguração de lojas novas, e (e) aquisição de empresas de tecnologia com atuação no segmento digital; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo.				
O A oferta foi concluída da seguinte maneira:			Quantidade de ações	Valor (em R\$)
Oferta Restrita - Captação.....			1.144.000	
Despesas com a Oferta, líquida dos efeitos tributários.....			(30.619)	
Total.....			1.113.381	

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	Quantidade de ações		Participação %
	2017	2016	
Acionistas controladores.....	121.385.260	63,69	
Ações em circulação.....	67.846.144	35,60	
Ações em tesouraria.....	1.360.060	0,71	
Total.....	190.591.464	100,00	

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores. De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias. **b) Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 37.094 (R\$ 19.030 em 31 de dezembro de 2016). **Plano de opção de compra de ações:** **1ª Oferta do Plano de Opção de Compra de Ações:** Para este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira oferta do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 1.274.732 opções pelo preço de exercício de R\$13,60. O plano vigorará pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia, entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir: 20% das opções poderão ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia. **2ª Oferta do Plano de Opção de Compra de Ações:** A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 9,45. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro 2015; 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017, desde que o beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado à Companhia. **Valor justo:** O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Expectativa de vida média das opções	Premissa	1ª Outorga		2ª Outorga	
		6,5 anos	5,5 anos	6,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada.....	-	43,5%	37,98%	-	-
Taxa de juros livre de risco.....	-	10%	5,92%	-	-
Média ponderada do valor justo das opções concedidas.....	-	R\$ 6,65	R\$ 6,06	-	-

1ª Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o tempo over médio dos beneficiários do plano. A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício (MPPE): **Plano de opção de compra de ações - conciliação das opções outorgadas**

	Quantidade		MPPE¹
	2017	2016	
Com direito previsto no exercício.....	4.419.585	RS 10,88	
Em circulação em 31 de dezembro de 2016.....	(2.280.725)	RS 10,31	
exercidas durante o período?.....	2.138.000	RS 11,48	
Em circulação em 31 de dezembro de 2017.....	(1.439.940)	RS 11,77	
	698.920	RS 10,88	

1 Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício. 2 O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R\$ 50,00. **Plano de incentivo baseado em ações - "matching de ações":** Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017, o novo plano de incentivo atrelado a ações da Companhia. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto. Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos para a Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários. O plano figurará no modelo de "matching de ações", onde para cada ação ordinária adquirida pelo beneficiário na adesão ao programa, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, 3 ações ordinárias da Companhia. A transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com prazo de carência máximo de quatro anos e dez meses a contar de 30 de junho de 2017. Foram outorgadas o total de 551.448 ações como "matching" aos beneficiários, por adesão ao programa. O valor justo das ações outorgadas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na BVMF&BOVESPA (B3), ou seja, R\$ 31,06. Os efeitos da transação com pagamento baseado em ações estão sendo registrados no resultado dos períodos/operacionais considerando os prazos e carências descritos no programa. Os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R\$ 5.94 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.463 em 31 de dezembro de 2016). **c) Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 39.922 (R\$ 20.471 em 31 de dezembro de 2016). **d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio:** Em 24 de abril de 2017, o Conselho de Administração aprovou dividendos adicionais no montante de R\$ 9.307, referente ao exercício de 2016. Em 13 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 75.000, referente ao exercício de 2017. **e) Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros R\$ 288.371 (R\$ 3.107 em 31 de dezembro de 2016). A reserva de incentivos fiscais está apresentada nesta rubrica. **f) Lucro por ação:** Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2017	2016	2017	2016
Média das ações ordinárias.....	178.858.131	176.717.353	178.858.131	176.717.353
Efeito das ações em tesouraria.....	(2.279.966)	(2.800.000)	(2.279.966)	(2.800.000)
Efeito diluidor de ações (a).....	-	-	1.407.480	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação.....	176.578.165	173.917.353	177.965.645	173.917.353
Lucro líquido em milhares.....	389.022	86.565	389.022	86.565
Lucro por ação em Reais.....	2,203	0,4977	2,186	0,4977

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve efeito diluidor no lucro por ação e os valores apresentados já estão com o efeito do desdobramento de ações.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue: **Receitas de mercadorias** - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e a sua titularidade legal é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • Existência de envolvimento contínuo na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **Receita de prestações de serviços:** a) é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas joint ventures, bem como outras empresas parceiras da Companhia; b) é apurada pela prestação de serviços relacionadas a integração e gestão entre lojas e marketplaces. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando for concluído o serviço, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R\$ 5.94 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.463 em 31 de dezembro de 2016). **c) Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 39.922 (R\$ 20.471 em 31 de dezembro de 2016). **d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio:** Em 24 de abril de 2017, o Conselho de Administração aprovou dividendos adicionais no montante de R\$ 9.307, referente ao exercício de 2016. Em 13 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 75.000, referente ao exercício de 2017. **e) Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros R\$ 288.371 (R\$ 3.107 em 31 de dezembro de 2016). A reserva de incentivos fiscais está apresentada nesta rubrica. **f) Lucro por ação:** Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2017	2016	2017	2016
Média das ações ordinárias.....	178.858.131	176.717.353	178.858.131	176.717.353
Efeito das ações em tesouraria.....	(2.279.966)	(2.800.000)	(2.279.966)	(2.800.000)
Efeito diluidor de ações (a).....	-	-	1.407.480	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação.....	176.578.165	173.917.353	177.965.645	173.917.353
Lucro líquido em milhares.....	389.022	86.565	389.022	86.565
Lucro por ação em Reais.....	2,203	0,4977	2,186	0,4977

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve efeito diluidor no lucro por ação e os valores apresentados já estão com o efeito do desdobramento de ações.

23. CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Política contábil: Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos cobradas dos fornecedores e do ICMS substituído tributário recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos:				
Das mercadorias revendidas.....	(8.305.003)	(6.538.942)	(8.346.305)	(6.562.328)
Das prestações de serviços.....	(31.934)	-	(31.934)	(23.802)
Total.....	(8.305.003)	(6.538.942)	(8.378.239)	(6.586.130)

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal (a).....	(1.300.414)	(1.111.997)	(1.306.747)	(1.130.088)
Despesas com prestadores de serviços.....	(582.760)	(511.050)	(603.788)	(531.083)
Outras.....	(683.232)	(581.386)	(708.958)	(583.515)
Total.....	(2.566.406)	(2.204.433)	(2.619.493)	(2.244.686)

(a) A Companhia prevê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, cheque-mãe, além de Plano de Compra de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2017 foi de R\$ 133.742 para a controladora (R\$ 116.326 em 2016) e R\$ 134.275 para o consolidado (R\$ 117.732 em 2016). Adicionalmente, a Companhia oferece plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. A contribuição da Companhia corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2017 e 2016, respectivamente as contribuições montaram em R\$ 366 e R\$ 397. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Classificadas por função como:				
Despesas com vendas.....	(2.095.278)	(1.761.438)	(2.119.953)	(1.776.258)
Despesas gerais e administrativas.....	(503.352)	(452.735)	(536.026)	(481.933)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25).....	32.224	9.740	36.486	13.505
Total.....	(2.566.406)	(2.204.433)	(2.619.493)	(2.244.686)

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado.....	2.875	(476)	2.875	(476)
Apropriação da receita diferida (a).....	42.820	40.646	42.820	40.646
Provisão para perdas tributárias.....	(9.790)	(4.761)	(6.096)	(1.043)
Despesas não recorrentes (b).....	(3.331)	(27.164)	(3.331)	(27.164)
Outros.....	(350)	1.495	218	1.542
Total.....	32.224	9.740	36.486	13.505

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19. (b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas e despesas com perda de desoneração de tributos.

26. RESULTADO FINANCEIRO**Política Contábil**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida.....	51.410	41.232	51.410	41.232
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários.....	62.193	47.456	12.937	13.405
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos.....	4.206	4.366	4.206	4.366
Descontos obtidos e atualizações monetárias.....	40.219	56.105	40.219	56.105
Outros.....	1.335	1.457	1.335	1.547
Total.....	159.363	150.706	110.107	116.655

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

arrendamento em questão. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos. **Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel:** A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 858 lojas (800 lojas em 2016) e 10 Centros de Distribuição (9 Centros de Distribuição em 2016) alugados. Para estes contratos de aluguel, foram registradas despesas no montante de R\$302.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$313.380 em 31 de dezembro de 2016). Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor
2018.....	334.399
2019.....	350.156
2020.....	366.303
2021.....	384.062
2022.....	403.429
Total	1.838.349

	Pagamentos mínimos	
	Controladora	Consolidado
Em até um ano	2017	2016
Entre dois e cinco anos	8.900	11.529
	770	8.321
	9.670	19.850
	(444)	(2.174)
	9.226	17.676
Menos: resultado financeiro não incorrido		
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:		

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Reconhecimento de receita no final do exercício - Controladora e Consolidado

Veja a Nota 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Principais assuntos de auditoria:
As receitas da Companhia derivam essencialmente de venda de mercadorias, que é geralmente reconhecida após o faturamento e saídas das mercadorias dos estabelecimentos e que envolve operações de montantes relevantes, pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume. O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício preparado pela Companhia envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Analisamos os prazos médios de entrega utilizados na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues preparadas pela Companhia no fechamento do exercício e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício. Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliam a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receita no fechamento do exercício é aceitável. Cno contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado:
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes
O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas datado em 30 de maio de 2017.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

Categoria dos ativos	2017	2016
Software	8.192	11.736
Máquinas e equipamentos	7.034	7.471
Computadores e periféricos	1.394	2.404
Veículos	1.194	2.271
Outros.....	223	267
Total.....	18.037	24.149

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos.....	11.651	4.277	9.869	2.830
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício.....	(64.273)	(12.335)	(64.273)	(12.335)
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas "Integra Commerce".....	(1.000)	-	(1.000)	-
Varição de valor justos de instrumentos financeiros disponíveis para venda.....	1.457	2.830	1.457	2.830

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros, em valores de 2017 e 2016, são assim demonstradas:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil e D&O.....	65.000	42.000	65.000	42.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado.....	2.402.335	2.014.174	2.402.335	2.014.174
Veículos.....	14.162	17.285	14.162	17.285
	2.481.497	2.073.459	2.481.497	2.073.459

Contador: Marcel Adriano Rodrigues - CRC 1SP206024/O-9

causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

Fernando Rogério Liani
Contador - CRC 1SP229193/O-2

As acionistas, conselheiros e diretores da **Magazine Luiza S.A.** - Franca - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2017 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Discussões tributárias - Controladora e Consolidado
Veja as Notas 11 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria:
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, valores envolvidos, da probabilidade de êxito dessas discussões, e divulgação dos passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes. Em função da complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil, mudanças nos julgamentos efetuados pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como auditoria endereçou esse assunto: Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia. Envolvemos especialistas tributários na análise de pareceres e/ou opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como por meio da obtenção de confirmações externas junto aos assessores legais externos da Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas, mensuração dos ativos fiscais reconhecidos e divulgações dos ativos e passivos contingentes por meio da análise dos critérios utilizados para a mensuração e divulgação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores reconhecidos ou divulgados. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração dos ativos fiscais, bem como suas divulgações, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e divulgação das provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.